

## A Sociolinguística e o Ensino de Língua Portuguesa – Uma Proposta para um Ensino/Aprendizagem livre de Preconceitos<sup>1</sup>

Maridelma LAPERUTA-MARTINS – UNESP-CAR<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo expõe os passos de uma iniciante pesquisa cuja hipótese é que o preconceito linguístico apesar de surgir na sociedade, só pode ser combatido por meio da escola. Trata-se de um trabalho para desmistificar crenças e atitudes preconceituosas sobre a linguagem.

### ABSTRACT

This article exposes the steps of an initiating research, of which hypothesis is that linguistic prejudice, in spite of emerging in society, can only be fought by means of school. It is a struggle to demystify biased beliefs and attitudes about language.

### 1. Introdução

Por mais que já se tenha falado e que as bibliografias sejam muitas sobre o que é preconceito linguístico (BAGNO, 2002), como ele acontece, uma inquietação com relação às suas origens e principalmente com uma possibilidade de neutralizá-lo tem sido uma constante em minha carreira acadêmica. Neste artigo, discorrerei um pouco a respeito dessa inquietação que vem aumentando, já há algum tempo, considerando um referencial teórico predominantemente sociolinguístico, além de falar sobre conceitos e ensino de gramática, a metalinguagem no ensino de língua portuguesa, os vários tipos de norma e motivos por que ainda há um ensino que reforça e enaltece o preconceito linguístico. Ressalto que este texto fará parte da tese que encerrará uma pesquisa cujo objetivo é constatar o preconceito linguístico em alunos e professores de Ensino Fundamental (E.F.) (CYRANKA, 2007) e propor uma sequência didática com objetivo de reverter os “conceitos pré concebidos” sobre a linguagem desses professores e alunos.

### 2. Justificativa

Inicialmente, elenco alguns pontos dessa minha inquietação que traduzo em fatos de meu cotidiano escolar, apontando-os a seguir.

#### 2.1 Os alunos de graduação

Em primeiro lugar, o desejo que os alunos de graduação têm de saber, conhecer, dominar, entender **gramática normativa**. Todos (sem exceção) que por mim passaram, em sete anos de ensino no curso de Letras, querem aulas de gramática para “aprender bem o português”, para “falar e escrever corretamente”, para “se comunicar melhor”, “porque não sabem português”, ou pra conseguir “entender essa língua tão difícil”.

Sabe-se que é extensa a bibliografia que aborda direta ou indiretamente as definições de **gramáticaS**. Possenti (1996), Travaglia (1997, 2003), Neves (1990, 2003, 2006), entre muitos outros, trazem valiosas contribuições, já há algum tempo, sobre tipos e definições de gramáticas, sobre como trabalhar gramática na escola e as inutilidades de um ensino “gramatiquero”. Neste artigo, em princípio, adotarei o termo “gramática normativa”, a despeito das considerações de Neves (2003:30) (que discute a possibilidade de nossas gramáticas serem realmente chamadas “normativas”<sup>3</sup>) apenas para diferenciá-la de gramáticas descritivas e internalizadas.

---

<sup>1</sup> Outra versão deste texto, com o mesmo título, foi publicado, em formato de mídia eletrônica, por ocasião do I Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la integración en el Conosur [http://www.cecies.org/ultimos\\_mas.asp?id=314](http://www.cecies.org/ultimos_mas.asp?id=314)

<sup>2</sup> E-mail para contato: [chomsky1928@yahoo.com.br](mailto:chomsky1928@yahoo.com.br) ou [maridelma.martins@unioeste.br](mailto:maridelma.martins@unioeste.br)

<sup>3</sup> “Nossas gramáticas em geral – e estendo a observação à mãe das gramáticas do Ocidente, a *Techné Grammatiké*, de Dionísio o Trácio – não podem ser acusadas de explicitamente prescritivas, já que, para citar dois pontos: são raras as marcas injuntivas da linguagem (...); é evidente um desenvolvimento taxonômico das lições, apoiado numa definição lógica das entidades em exame”. (NEVES, 2003:30)

Além dessas aspirações por “saber gramática”, ocorre, por parte de esses mesmos alunos, uma resistência em aceitar (e talvez até entender) conceitos da Sociolinguística que desmistificam suas idéias. Autores como Weinrich, Labov & Herzog (1968) (que, como o próprio título do livro explicita, vão mostrar a existência de uma fundamentação empírica para a teoria de mudança linguística); Fonseca e Neves (1974); Trudgill (1974) e Labov (1972) são exemplos de textos introdutórios da área que, sequer são conhecidos dessa comunidade de alunos (futuros professores). Como diz Neves (2003:53): “Um conhecimento mínimo das descobertas da Sociolinguística, uma noção mínima dos conceitos de variação e mudança bastam para alijar das obras gramaticais a colocação explícita de preconceitos contra a *modernitas*”. Existe, entre eles, a confusão entre definições de “gramática normativa” e de “língua”; a dificuldade em aceitar a existência de várias gramáticas, inclusive a internalizada; e, o ponto crucial, a dificuldade em enxergar as implicações de conceitos como esses no ensino de língua portuguesa para o ensino fundamental (E.F.) e até mesmo ensino médio (E.M.).

Uma pergunta: por que esse desejo tão grande e generalizado em aprender gramática normativa (conhecida leigamente apenas como “gramática”)? Importante lembrar que falamos sobre alunos de graduação em Letras que entram no curso com essa expectativa e têm saído de lá divididos com relação a esse desejo: por um lado, a partir do momento em que têm contato com teorias linguísticas recentes (aqui, falando pontualmente da Sociolinguística), entram em luta para deixar esse desejo e, em sua prática docente, fazer algo “novo, diferente”:

Nós, enquanto professores de língua portuguesa que seremos... carregamos conosco a responsabilidade de não continuar prescrevendo para os alunos as regras existentes na gramática normativa como faziam os professores antigamente e como fazem muitos ainda hoje... devemos nos preocupar em ensinar conteúdos necessários para ter um bom desenvolvimento nas mais diversas esferas da sociedade como entrevistas de emprego, redação, etc... um dos nossos principais papéis como estudiosos da linguística é o de conscientizar e refletir com o aluno sobre as muitas variações que a nossa língua possui e que nenhuma é melhor do que a outra... carregamos em nós a obrigação de no mínimo tentar mudar a concepção normativista que existe nas crianças e nos adultos estudantes através do aprofundamento das nossas leituras em linguística<sup>4</sup>.

Por outro lado, continuam com o mesmo desejo, porque se frustram com a faculdade por ela não ensinar de modo explícito o que querem. Um exemplo prático disso aconteceu quando, durante uma discussão sobre a inutilidade de aulas de gramática normativa durante todo o E.F. e E.M., eu disse à mesma turma da aluna que escreveu o trecho acima que, no dia em que eu entendi como acontecia a crase, como era simples, percebi o quanto eram desnecessárias todas as regras constantes da gramática normativa. Foi impressionante como toda a turma (silenciosa até então) se alvoroçou e pediu “encarecidamente” que eu explicasse como ocorre a crase; que eles nunca entenderam; que eles precisavam saber como poderia ser tão simples!

Esse fato, que contradiz as palavras da aluna ditas acima, mostra não apenas o desejo desse aluno em aprender **norma padrão**, mas, principalmente, o prestígio dessa norma entre eles e, conseqüentemente, o desprestígio das variantes linguísticas não padrão.

A respeito da questão da norma, as teorias linguísticas possuem variações sobre sua definição. Termos como NORMA IDEALIZADA, LÍNGUA PADRÃO, LÍNGUA CULTA, NORMA CULTA, às vezes, são usados como sinônimos em diferentes textos. Vou, aqui, basear-me em Silva (2000) e suas definições de NORMA PADRÃO para referir-me ao constante das gramáticas normativas e NORMA CULTA, ao referir-me à gramática efetivamente utilizada pelo público mais escolarizado.

A autora (SILVA, 2000:38) (num capítulo em que mostra o reconhecimento de **normas sociais**, com o advento de projetos que coletam a fala real de pessoas, confeccionando banco de dados [como NURC, VARSUL, PEUL], que estão à disposição de linguistas interessados em descrever o Português Brasileiro) caracteriza *norma normativo-prescritiva*, ou *norma prescritiva* ou *norma padrão* como uma norma “vinculada à sociedade”: “O normativismo orientado em relação à sociedade destaca a norma ou como fator de aglutinação social ou como bom gosto literário ou, ainda, como fonte de autoridade do gramático sobre a sociedade”. Concordo com a colocação de Silva sobre o que os gramáticos desejam, com relação “a evitar a mudança, que se identifica com decadência e anarquia. **Os preocupados hoje, em sanear**

<sup>4</sup> Resposta de uma aluna do 4º ano do curso de Letras (2009) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (*campus* Foz do Iguaçu, onde eu sou professora), a uma pergunta feita em uma avaliação da disciplina optativa nomeada GRAMÁTICAS: DESCRIÇÃO, NORMA E USO, por mim ministrada.

**o português brasileiro, não desconfiam, parece, que lutam por uma guerra, a meu ver, perdida”.** (p.40, grifo meu). Além dessa norma prescritiva, Silva (2000) também caracteriza a norma que se volta para o interior da língua, citando inclusive Castilho (1980) (*apud* Silva (2000:40)), que afirma que esse tipo de norma “envolve três aspectos da linguagem com que se preocupam fundamentalmente os normativistas: a fidelidade linguística, o privilégio da língua escrita e a lógica da língua em posição à linguagem natural”. Não vou me alongar aqui, pois não é esse meu objetivo discorrendo sobre *normas*. Apenas gostaria que ficasse clara a diferença entre “norma padrão” e “norma culta”<sup>5</sup>.

## 2.2 Os professores de Ensino Fundamental

Um outro ponto de inquietação que tem me instigado é o (quase) desconhecimento de professores de E.F. e E.M. sobre esses conceitos da Sociolinguística e a também resistência dos mesmos em aceita-la como uma “ferramenta”, uma base teórica importante para suas aulas. Isso é possível perceber nos cursos de formação continuada (meio de contato que tenho tido com esses professores) que ministro a eles todos os anos (desde 2003) e, todos os anos, são praticamente os mesmos professores e, todos os anos, percebo o mesmo desconhecimento sobre questões que considero vitais e a mesma resistência por esses conceitos.

Nesses cursos de formação continuada, percebo um duplo problema.

O primeiro problema é que esses professores de E.F. e E.M., quando confrontados sobre questões gramaticais (muitas vezes básicas), mostram-se desconhecedores das mesmas. Isso é uma constante nesses cursos. Neles, é sempre necessário recorrer a conteúdos da gramática normativa para confrontá-los à luz da Teoria Sociolinguística Variacionista (como faz Bagno (1997), em *A língua de Eulália*, que, por meio de uma história [enredo, personagens, etc.] procura explicar supostos “erros” à luz de teorias linguísticas [como a Sociolinguística, a Linguística Histórica], desmistificando as noções de, simplesmente, certo e errado). Ocorre que, no decorrer das aulas, quando pergunto aos alunos-professores, por exemplo, qual a função da partícula SE em frases como “Vende-se carros usados”, surpreendo-me com o silêncio, com o desconhecimento desses professores sobre questões como essa.

O segundo problema é que esses mesmos professores, apesar de parecer conhecerem (terem ouvido falar, já terem ouvido falar) (n)as teorias linguísticas atuais que desmistificam crenças e atitudes preconceituosas tanto sobre ensino de língua portuguesa (ANTUNES, 2007), como sobre a própria língua (BAGNO, 2002), continuam a desenvolver com seus alunos atividades gramaticais que, quase sempre, resumem-se em atividades metalinguísticas. Conforme Neves (2003:150), atividades “para praticar o esporte de dar nome a certas palavras que nele ocorrem”.

Vários são os autores que trazem exemplos concretos desse tipo de atividade nas escolas e, o que se torna agravante, dadas **recentemente**. Antunes (2007) descreve um exercício (que ela mesma enfatiza como “recém-proposta”) dado em uma escola de E.F., tendo como base (pré-texto) uma estrofe da composição *Comunhão* de Milton Nascimento, cujo objetivo era apenas nomear classes gramaticais: “escreva os substantivos abstratos do terceiro e do último verso”; “produza duas frases que contenham substantivos coletivos”; “que substantivo composto podemos formar com o substantivo chuva?” (p. 126-127).

Neves (2003:143) discorre sobre uma lição de livro didático que apresenta exercícios de gramática sobre pronomes: “substitua os termos destacados por pronomes” e ela comenta sobre “o desperdício em que se constitui o tempo gasto com a sua resolução”. Não apenas isso, mas mostra também a incoerência da atividade, uma vez que, se o aluno fizer exatamente o que o exercício pede, o texto fica todo fora de sentido. A mesma autora fala sobre os equívocos do ensino de gramática na escola, explicando que o fato de o aluno ser apresentado a rótulos ser levado a ver procedimentos sintáticos e não a vida da linguagem faz com que o brasileiro considere “chato” o estudo da língua portuguesa. São suas palavras no final do capítulo em que aparece o exercício acima citado:

Estudar gramática é refletir sobre o uso linguístico, sobre o exercício da linguagem; o lugar de observação desse uso são os produtos que temos disponíveis – falados e escritos – mas é, também, a própria atividade linguística de que participamos, isto é, a produção e a recepção, afinal, a interação; a gramática rege a produção de sentido (NEVES, 2003:151).

Essa citação vai contra todo o ensino metalinguístico, que é observado pelos exemplos acima e pode ser constatado, na prática, ouvindo os professores da educação básica.

<sup>5</sup> Vide também Bagno (2001b) que traz definições precisas do termo NORMA.

Também “ouvindo” esses professores, conversando com eles (na hora do cafezinho do curso de formação continuada sobre variação linguística na escola), é possível perceber o preconceito “velado” (?) que eles têm com relação às variantes linguísticas de seus alunos:

Professora, quando eu escuto algum aluno meu falando errado, eu digo pra ele assim: *tenho surdez pedagógica!!!!* (risos)<sup>6</sup>.

### 2.3 A sociedade em geral

Mariani (2008) escreve interessante artigo – na revista “Caderno de Letras” da UFF, dossiê “Preconceito Linguístico e Cânone Literário” – em que postula a origem do preconceito que os falantes brasileiros têm sobre sua própria língua (materna). Ela propõe a questão: *como é possível introjetar, ou melhor, naturalizar uma visão preconceituosa com relação ao próprio modo de falar?* (p.30, grifo meu). E a responde dizendo que: “Tal crença, ou suposição... e tal internalização foram possíveis em função de uma **tradição legitimadora**... de uma determinada forma de falar em detrimento de outra” (p.31). Ela expõe todo o percurso dos estudos da linguagem, desde os gregos (que **sabiam** da existência de outras línguas como também da variação que havia em sua própria língua! (p.32)), passando pelos latinos, até chegar ao Brasil, pontuando as questões que se referem à discriminação daqueles que não eram usuários das variedades oficiais da língua. Aqui no Brasil, no século XVIII, o chamado *Diretório dos Índios* torna-se um ato político que institucionaliza “a língua portuguesa com sua memória de filiação ao Latim” (p.36), silenciando a Língua Geral (falada na costa litorânea do país pelos índios e jesuítas) e seus falantes. São suas palavras finais no artigo:

Muitos brasileiros, então, não se identificam com o que é chamado língua nacional, não se identificam com essa representação que projeta um imaginário de unidade, sentem-se excluídos e, como os enunciados atestam, acabam por introjetar um preconceito contra seu próprio modo de falar<sup>7</sup>. Há, em termos discursivos, uma contra-identificação (cf. PECHEUX, 1988 [1975] *apud* MARIANI (2008)) de grande parte dos brasileiros com a língua que fala.

Oliveira (2008:116), em artigo nessa mesma revista, também postula que esse pensamento sobre existência de desempenhos linguísticos superiores e inferiores está na origem da própria sociedade:

e na sua híbrida formação étnico-cultural; está nas profundas distinções socioeconômicas que nos caracterizam; está na diversidade geográfica nacional com usas cores locais e dialetos; está na presença de estrangeirismos, como marcas da globalização, enfim, está por toda a parte.

E Marta Scherre, em entrevista a Jussara Abraçado (ABRAÇADO, 2008:15), também afirma isso: “Eu diria que a fonte de dominação linguística está na sociedade. Penso que a escola nada mais é do que o reflexo da sociedade. O sistema escolar, na maior parte das vezes, apenas reforça o que a sociedade pensa e quer”.

A isso se refere o terceiro e último ponto de inquietação de minha parte (esse carrego há mais tempo, desde que iniciei meus estudos sociolinguísticos): ao indivíduo que não tem contato com linguística, não é professor nem aluno, apenas passou pela escola, formou-se e não “admite” certos “erros de português” (mesmo sabendo, admitindo, que ele mesmo “não fala português corretamente”). Os comentários de pessoas com essas crenças podem ser vistos nos meios de comunicação e, atualmente, muito mais em meio eletrônico, como páginas da internet, sites de relacionamento (como o *orkut*), etc; além das colunas de jornais e na própria televisão. O arcabouço bibliográfico sobre esse assunto é imenso. A polêmica (graças às teorias linguísticas) também é grande. Por um lado, há os consultórios gramaticais, “gramatiquieiros”, personalidades conhecidas na mídia e admiradas pela população em geral por “saberem bem o português”. Ao lado desses, pessoas comuns, com boa escolaridade (médicos, jornalistas, engenheiros, professores de outras áreas, que não a linguagem, dentistas, arquitetos, advogados, etc.), que defendem a integridade da língua em colunas de jornais impressos e também na internet. Scherre (2005) faz uma dura e eficaz crítica à mídia que, achando que presta um serviço à comunidade, na realidade, dissemina preconceito:

<sup>6</sup> Discurso de uma professora do E. F. de escola pública de Foz do Iguaçu-PR, pela qual podemos perceber sua irritação e deboche diante de um “erro” na fala do seu aluno.

<sup>7</sup> Eu incluo, aqui, o modo de falar dos outros também.

A mídia brasileira, pela voz de veículos como a Veja e o Correio Braziliense, tem faltado com a verdade, ao repisar a idéia de que as formas linguísticas de prestígio são as únicas certas do ponto de vista da estrutura linguística. Se não fosse a confusão entre língua e gramática normativa, entre língua falada e língua escrita e as deprimentes associações entre língua e inteligência/burrice, competência/incompetência, beleza/feiúra (...) todas as colunas de dicas de português espalhadas por jornais, revistas e tevês, prestariam um grande serviço à comunidade. Mas a mídia presta um desserviço, porque com elas reforça um dos aspectos mais sórdidos do ser humano: a divisão entre classes e a exclusão social (capa do livro)

Na internet, são inúmeras, por exemplo, as comunidades encontradas no *orkut* que defendem a língua portuguesa. No Brasil, apenas com o título “salve(m) a língua portuguesa”, encontrei 15. Com o tema “variação linguística”, apenas 01! Sobre a polêmica questão do “gerundismo”, por exemplo, encontrei 63 comunidades que se declaram contra a estrutura linguística, baseadas na justificativa de que vem do inglês e dos operadores de tele marketing<sup>8</sup>.

De outro lado, muito timidamente, estão os pesquisadores da linguagem que, de vez em quando, escrevem para um jornal ou revista, criticando e tentando mostrar as origens de uma expressão considerada errada, ou justificar o emprego de um termo inaceitável pelas pessoas. Ao lado desses, ninguém! Segundo Chambers, *apud* Roncarat (2008:51):

...as forças que prestigiam a variante standard são mais cristalinas: a academia e as gramáticas tradicionais proscrevem usos mais coloquiais ... pais de classe media defendem uma boa linguagem; professores corrigem o uso dos alunos; cartas ao editor deploram usos não prescritos; um falante desculpa-se pelo seu modo de falar errado ou por erros de ortografia ou gramática; não se reclama da hipercorreção na mídia ou da uniformidade de sotaque entre locutores de telejornais. **Mas as pressões sociais que defendem a variante não Standard não têm lobistas identificáveis.** (grifo meu)

Recentemente, foi publicado e distribuído a escolas da rede pública, um livro didático, endossado pelo Ministério da Educação (MEC), que mostra, de modo exemplar<sup>9</sup>, a questão da variação e do preconceito linguísticos. Trata-se de “Por uma vida melhor” da coleção “Viver, aprender”. É um livro multidisciplinar, cuja autoria é de vários profissionais das diversas áreas do conhecimento, um livro usado na educação de Jovens e Adultos. Ele traz, num determinado capítulo, usando a sentença: *os livro ilustrado mais interessante estão emprestado*, uma explicação sobre concordância nominal em que chama a atenção para duas variantes linguísticas, a padrão (concordância dos substantivos com os determinantes) e a variante em que apenas o determinante se pluraliza, dizendo que se trata da variedade popular e que, “nesta variedade, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente”<sup>10</sup>. Na sequência, mostra como fica a sentença na variedade padrão e faz um comentário muito perspicaz sobre a questão do preconceito linguístico:

Mas você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar os livro?’, claro que pode. Mas fique atento porque dependendo da situação você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem que ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Mas adiante, sobre concordância verbal, ele mostra, com os exemplos *nós pega o peixe* e *o menino pega o peixe*, que, embora as duas frases tenham verbo no singular, qualquer pessoa sabe que na primeira frase, “há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe”. E complementa: “mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”.

<sup>8</sup> Interessante artigo escreve Menon (2004) sobre o resultado de uma pesquisa sobre as origens do gerundismo. Ela observa que a estrutura é própria da língua portuguesa falada em fins da Idade Média e fora trazida para o Brasil onde continuou a ser falada, enquanto em Portugal é que houve a mudança do uso do gerúndio para o infinitivo (usado ainda nos dias de hoje).

<sup>9</sup> Segundo meus conhecimentos sobre Sociolinguística e considerando o fragmento do livro visto (vide <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>).

<sup>10</sup> <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>

Ora, como já explicitarei, a questão da variação e do preconceito linguísticos é muito bem exposta no livro. Contudo, a sociedade não teve esta mesma “opinião”. Surgiu uma polêmica sobre o assunto em noticiários de televisão, rádio, em sites de jornalismo e blogs com um senso comum sobre o assunto. Todos os textos acessados, por mais imparciais que tentassem ser, traziam um parecer final único: é um absurdo essa nova pedagogia de ensinar “errado” na escola.

São jornalistas e colunistas deixando suas opiniões, que mais são políticas do que educacionais, em virtude de o livro didático ter a “assinatura” do MEC e, portanto, do governo. Isso faz com que os contrários à atual gestão federal critiquem as políticas públicas de qualquer natureza. Ser contrário a adoção de um livro didático para as escolas públicas é um bom exemplo disso<sup>11</sup>. É a “oposição” política do governo que se aproveita da polêmica gerada para criticar a “situação”<sup>12</sup>. São professores famosos (por estarem sempre dando “assessoria” a um ou outro programa de televisão) de língua portuguesa, cujo modo de pensar, expresso nessa polêmica, não nos traz nenhuma novidade<sup>13</sup>. É a Academia Brasileira de Letras (ABL) que, em nota oficial, discorda da posição do MEC, ratificando o ideal de que a “descrição” da língua deve ser função da ciência linguística, mas que à escola cabe unicamente a tarefa de tratar da “prescrição” dessa língua, o que mostra, de certa forma, um “desconhecimento” (?) de questões básicas da linguística aplicada<sup>14</sup>. São comentários da população brasileira que acessa os sites e blogs e deixam seus recados mostrando muita indignação com uma atitude que não apenas “maltrata o idioma”, como “mata a gramática” e “afunda a educação”, além de aproveitarem a situação para deturparem conceitos<sup>15</sup>.

Dentre a maioria quase absoluta de comentários desse tipo, nesses sites e blogs, há uma ou outra pessoa que se posiciona favorável ao uso do livro, mostrando-se esclarecida no que diz respeito a conceitos da Sociolinguística (provavelmente, estudantes de Letras ou pesquisadores da área). Mas suas palavras parecem como as de um falante estrangeiro que não conhece a língua da terra onde está e tenta, inutilmente, se fazer entender na sua própria língua. Há até uma procuradora da república que “previu que haverá ações na justiça”<sup>16</sup>. Para ela, “os responsáveis pela edição e pela distribuição do livro estão cometendo um crime contra a educação brasileira”.

Com exceção de alguns linguistas, como por exemplo, Marcos Bagno e Stella Maris Bortoni-Ricardo (que se expressaram em seus blogs)<sup>17</sup>, as opiniões em comunidades específicas de linguagem (como a comunidade virtual da linguagem – CVL<sup>18</sup>) ou ainda Dante Lucchese que escreveu um artigo para o Jornal “A Tarde”<sup>19</sup> de Salvador (expondo as hipóteses de *semi-crioulização* do português brasileiro para a variação na concordância nominal e verbal) não houve manifestação de quem realmente entende de linguística, **ao grande público**. Não é possível afirmar o motivo. Não foram convidados a dar entrevistas sobre o assunto? Não são conhecidos o suficiente, como são os “gramáticos assessores”? Não têm credibilidade, pois são considerados pesquisadores e não educadores? O fato é que os linguistas não têm espaço na grande mídia para expor as questões da linguagem para a sociedade ao contrário de vários outros profissionais (médicos, advogados, jornalistas, engenheiros, cozinheiros, músicos, etc.) que expõem as questões de suas especialidades e também se acham no direito de falar, sem nenhum conhecimento específico, sobre linguagem.

Essa é a maior das minhas “angústias”<sup>20</sup>. Apesar de todos os problemas por que passa a escola, tudo o que ainda falta fazer para que se obtenha um ensino-aprendizagem mais eficiente, ela é a única instituição por meio da qual é possível divulgar, propagar idéias não preconceituosas sobre a linguagem.

<sup>11</sup> <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente>

<sup>12</sup> In: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/17/haddad-falta-audiencia-do-senado-sobre-livros-didaticos-lider-do-psdb-pede-recolhimento-de-obras-com-erros-924480651.asp#ixzz1Mj6wWzOA>

<sup>13</sup> <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/05/para-sergio-nogueira-livro-aprovado-pelo-mec-e-uma-inversao-de-valores.html>

<sup>14</sup> <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=11763&sid=727>

<sup>15</sup> <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/cony,-xexeo-viviane-mose/2011/05/13/TRANSFORMACAO-DA-LINGUA-NAO-DEVE-SER-ENSINADA-NAS-ESCOLAS.htm>

<sup>16</sup> <http://moglolo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/educacao/mat/2011/05/16/procuradora-da-republica-preve-aco-es-contra-uso-de-livro-com-erros-pelo-mec-autora-se-defende-924478530.asp>

<sup>17</sup> Marcos Bagno também deu uma entrevista junto com um professor Deonísio Silva da Faculdade Estácio de Sá e o professor Sergio Nogueira ao programa “Observatório da Imprensa” - <http://www.youtube.com/watch?v=M4367cC9Cjo>

<sup>18</sup> <http://tech.groups.yahoo.com/group/CVL>

<sup>19</sup> Jornal “A TARDE”, Salvador-BA, 04/06/2011.

<sup>20</sup> Uso esse termo porque tenho recorrido a ele, em minhas aulas, sempre que surgem questões que não podem ser respondidas de prontidão, mesmo que ele possa parecer subjetivo demais para um artigo científico como este.

Fora dela, não há como fazer isso<sup>21</sup>. **Essa impossibilidade de fazer chegar às massas, à população em geral, conceitos da Sociolinguística contra o preconceito linguístico é minha maior inquietação.** A origem do preconceito está na sociedade e não na escola, mas é apenas por meio dela que se consegue/tenta fazer alguma coisa contra ele.

### 3. A problematização

Tenho percebido que tanto os acadêmicos de cursos de graduação em Letras, como os professores de língua portuguesa, que adquirem certo conhecimento (superficial) da Sociolinguística, têm em comum uma grande dificuldade em transpor essa teoria para sua aplicação em sala de aula:

Concordo que quem deve refletir sobre o fenômeno de variação linguística é o linguista. O problema é que quem ensina língua portuguesa (que é o nosso caso) nas escolas, é o simples professor e não o linguista. Assim, o professor não reflete sobre essas coisas apenas se limita à atitude prescritivista<sup>22</sup>.

O excerto acima é o pensamento de um graduando prestes a se formar e iniciar (teoricamente) sua profissão. Ele já sabe, já consegue perceber que existe uma certa (grande!) distância entre as teorias linguísticas que lhe são expostas na faculdade e a realidade do professor em sala de aula. Em várias das discussões, feitas em sala de aula (sobre textos que abordam temas como respeito pela variedade linguística do aluno, ensino de uma língua portuguesa menos prescritiva, mais funcional, voltada para conteúdos que despertem as habilidades comunicativas dos alunos, que sejam necessários para suas práticas de interação e persuasão, que definam com clareza o que é norma padrão, para que ela serve, que não se trata de a “única”, mas apenas mais uma entre outras que existem e são utilizadas, a quem interessa que essa norma padrão seja considerada única aceita, entre tantos outros temas como esses) uma solicitação dos alunos é constante: “**como** fazer isso, professora?”

Na opinião de Cyranka (2007:12), há um motivo para os professores de educação básica ainda trabalharem com atividades de língua portuguesa que não correspondem às expectativas geradas pelas teorias recentes em linguística:

...hoje, uma parcela considerável desses professores entende a necessidade de mudar as perspectivas de seu trabalho com a educação em língua materna, mas a transição da teoria para a prática ainda gera desconfortável sensação de incompetência projetada na resistência da parte de muitos, resistência essa que, entre outros fatores pode levar à cristalização de metodologias estéreis do ponto de vista do conhecimento da competência comunicativa dos alunos. (grifo meu)

Esse fragmento, assim como a fala do aluno acima descrita, parece justificar o modo como são ainda trabalhadas essas aulas. Na verdade, atualmente, grande parte desses professores quer assumir essas mudanças de paradigma, mas não sabe como, **de fato**, fazer acontecer essa passagem da teoria para a prática<sup>23</sup>.

### 4. O Referencial Teórico

Proporcional ao fato de esses professores não saberem como aplicar a teoria à prática, existe uma extensa bibliografia que se propõe a ajudá-los nessa tarefa. Vou me restringir, a seguir, a apenas alguns pesquisadores, brasileiros, que considero essenciais.

<sup>21</sup> Obviamente, não estou me reportando aqui a encontros de linguística que divulgam pesquisas na área nem a revistas especializadas, porque, sabemos, são informações restritas que não chegam ao grande público.

<sup>22</sup> Resposta de um aluno do 4º ano do curso de Letras (2009) – UNIOESTE (campus Foz do Iguaçu), a uma pergunta feita em uma avaliação da disciplina optativa nomeada GRAMÁTICAS: DESCRIÇÃO, NORMA E USO, por mim ministrada.

<sup>23</sup> Claro que não serei simplista a ponto de ignorar outros fatores que implicam diretamente em esse professor não (tentar) colocar em prática as teorias de ensino de língua materna atuais: falta de tempo para estudar, excesso de carga horária, salários desmotivadores, salas de aula lotadas, indisciplina, entre outros. Contudo, não faz parte do meu objetivo aqui tratar desses fatores. Caso seja necessário, no momento adequado, na pesquisa, eles serão considerados.

Bagno (2001a; 2007) são obras que até poderiam ser consideradas didáticas em virtude de como orientam o professor a planejar e trabalhar com pressupostos da Sociolinguística em sala de aula. No primeiro livro citado (“Português ou Brasileiro”), o autor propõe passos de um trabalho com pesquisa linguística para o professor executar com os alunos, cujo objetivo é compreender a existência das variedades linguísticas inclusive na considerada culta e que variedade culta não corresponde à norma padrão. Em cada capítulo, o autor seleciona um conteúdo gramatical e orienta o professor a consultar uma gramática normativa sobre o conteúdo, para conhecimento. Depois, na seção “vamos fazer uma eleição?” (que seria um teste de aceitabilidade ou não, pelos alunos, das variantes possíveis referentes àquele conteúdo gramatical), Bagno propõe que o professor verifique que variante eles consideram “mais natural, mais normal, mais parecida com o modo de falar deles e de seus familiares” (p. 79). Em seguida, propõe que se façam tabelas para que se verifique a síntese do fenômeno para, por fim, analisar os dados. Trata-se de um esquema, a meu ver, muito interessante, e que poderia, se utilizado em algumas aulas, pelos professores de E.F. e até E.M., reduzir consideravelmente o preconceito linguístico entre os alunos.

No livro de 2007, Bagno, além de apresentar e discutir os principais conceitos da Sociolinguística, propõe atividades práticas para o tratamento da variação em sala de aula, o que lhe confere um caráter **assumidamente didático**.

Em “Não é Errado Falar Assim” Bagno (2009) trabalha com 50 fenômenos linguísticos que são **ignorantemente, simplificada, erroneamente**, considerados erros por pessoas com certo grau de escolaridade e muitos professores, mas que possuem uma explicação linguística coerente. São fenômenos utilizados por falantes cultos, essas mesmas pessoas que consideram errado, por exemplo, dizer “pra mim fazer”, “entre eu e ela”, “a fruta que eu mais gosto”, “aluga-se casas”, entre vários outros, dizem isso, de fato, e sem saber que são construções sistemáticas do português brasileiro, ou seja, são variantes que ocorrem com uma sistematicidade tal que não apenas não podem ser ignoradas, como não podem ser simplesmente consideradas erradas.

Naro & Scherre (2007), numa linha mais histórica, também contribuem para mostrar que muitos dos fenômenos que são considerados errados, atualmente, envolvidos em estigma e preconceito, são, na verdade, fenômenos que já existiam na língua há muito tempo. Heranças do latim, do português arcaico e clássico e não frutos de misturas com línguas americanas ou deturpações, corruptions do idioma.

Outra autora que merece destaque, sem dúvida, é Bortoni-Ricardo (2004, 2005). Segundo palavras de Bagno (2007:236): “esse livro (Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em Sala de Aula, de 2004) de Stella Maris é um esforço bem sucedido de aplicar a Sociolinguística à prática da sala de aula”. A autora é pioneira no Brasil neste campo da “ação e reflexão”. Em cada capítulo desse livro, Bortoni-Ricardo propõe atividades que fazem com que o professor incite seus alunos a refletirem sobre todos os tipos de variáveis e suas variantes (fonológicas, morfossintáticas, semânticas, lexicais) no nível linguístico e suas relações com as variantes extralinguísticas. Estimula o professor a pesquisar, sempre junto com os alunos, as características sociolinguísticas da sociedade brasileira e ainda sugere uma série de bibliografia que acrescenta conhecimento de linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa e noções gerais da teoria da variação e a questão do preconceito linguístico.

“Nos Cheguemo na Escola, e Agora?” (2005) é o outro livro de Bortoni-Ricardo que pode ser chamado de uma verdadeira aula de sociolinguística aplicada ao ensino de língua portuguesa. Nesse livro, a autora “oferece aos leitores excelente fundamentação teórica e adequada exemplificação de entrevistas sociolinguísticas, eventos de oralidade, análise de erros, episódios comunicativos reveladores de problemas sociais e comunitários”. Tudo numa luta contra o preconceito com relação a questões (fenômenos) linguísticas/os que são erroneamente considerados erros.

A própria Maria Helena Moura Neves (já citada antes (NEVES, 2003)) tem uma extensa bibliografia (acessíveis a professores de E.F. e E.M. e a alunos de graduação) que tocam na questão da necessidade de se obter um tratamento científico do uso da gramática na escola. Já em 1990, em “Gramática na Escola”, a autora conversava sobre os problemas que afligem o professor de português quanto ao ensino de gramática mostrando que o funcionalismo<sup>24</sup> é uma abordagem que pode fazer acontecer um ensino de gramática para “além da gramática”.

Além desses, não podemos deixar de citar as obras de Rosa Virgínia Matos e Silva que merecem ser lembradas por discutirem e atualizarem amplamente questões como “normas linguísticas”<sup>25</sup> (Silva, 2000) e ratificarem descobertas da nossa gramática brasileira. Como exemplo, podemos citar o capítulo “Alguns Aspectos da Heterogeneidade Dialeto Brasileira e sua Relação com o Ensino de

<sup>24</sup> cf. Dik (1989); Halliday (1985); Givon (1995)

<sup>25</sup> Cf. Coseriu (1967)

Português”, desse mesmo livro, em que a autora aborda tópicos da gramática do português que se mostram, nos dias de hoje, aqui no Brasil, completamente diferentes do que preconiza a gramática normativa e do português falado em Portugal. A falta da flexão verbal e da concordância nos sintagmas nominais, o uso do objeto nulo e de “ele” acusativo em comparação com o sujeito preenchido e as estratégias de relativização são muito bem explicados pela autora, embasada em pesquisas de brasileiros que, sob a luz de diferentes teorias (a Sociolinguística e a Gerativa são bases para inúmeras dessas pesquisas, sendo inclusive utilizadas em conjunto, como é o caso da Sociolinguística Paramétrica<sup>26</sup>), mostram a realidade linguística do Português Brasileiro.

Em “O Português são Dois... novas fronteiras, velhos problemas” Silva (2004), entre outras coisas, discute o desconhecimento por parte da escola sobre as variedades linguísticas. Ela põe em evidência o fato contraditório de uma criança “saber que sabe português”, enquanto um adulto bem escolarizado diz que não sabe, desenvolvendo a proposição de que se isso acontece é porque a escola não cumpriu sua missão “em vez de fazer aprender, faz desaprender”. A mesma autora em artigos (1985, 1986, 1989, 1991) faz debates interessantíssimos sobre a questão do ensino de língua portuguesa, especificamente da gramática, criticando posturas unicamente normativo-prescritivas e propondo uma pedagogia que se volte para a língua de forma completa.

Ainda falando sobre a questão da **norma**, Faraco (2008) aponta não apenas definições precisas de norma, mas relaciona a norma com questões gramaticais e vai além, relacionando-a, também com a sociedade em que se insere.

Bastante interessante é o livro de Celso Ferrarezi Junior (2007) “Ensinar o Brasileiro”. É um texto que pode chocar até mesmo sociolinguistas “de vanguarda”. O autor propondo conceitos, formas e razões diferentes a questões gramaticais, considera, categoricamente, a língua falada no Brasil, “brasileira” e não “portuguesa”. Ele escreve sem pudor, por exemplo: “espero que este livro auxilie nossos professores de **brasileiro** na compreensão de alguns temas importantes” (prefácio). Grifei o **brasileiro** com a intenção de enfatizar que Ferrarezi, em todo o livro, não faz nenhuma menção à língua portuguesa, mas sempre à língua brasileira, assumindo a postura de quem não enxerga mais a língua falada no Brasil sequer como uma variação do português falado em Portugal, mas uma outra língua, diferente, mesmo, daquela.

Voltando ao ensino de gramática, Irlandé Antunes (2007) compôs “Muito além da gramática”<sup>27</sup>. Com esse texto, a autora tem intenção de fazer chegar até o cidadão comum (e não apenas aos professores de língua portuguesa) uma compreensão mais ampla do que sejam as questões linguísticas, mais prática do que sejam os usos da linguagem e mais científica do que seja o ensino de gramática.

Todos os livros, até aqui referidos, são recentes. Isso, em princípio poderia significar que os temas “linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa”, “ensino de gramática”, “preconceito linguístico e ensino”, sejam, de certa forma, também recentes para o universo de alunos de graduação em Letras e professores de E.F. e E. M. Entretanto, como sabemos, isso não é verdade. Esses temas já são objeto de pesquisa linguística há mais tempo. A prova são textos, resultado de inquietação e investigação de linguistas, que já estão no “mercado” há varias décadas.

Trabalhos como os de Luft (1985), Perini (1986, 1997), Possenti (1996), mostram que essa discussão sobre o ensino de gramática na escola é antiga. Mostram que as pesquisas sobre o tema estão adiantadas. Mostram que existe vasto material bibliográfico à disposição para a consulta do professor interessado em atualizar seus conhecimentos sobre o assunto e modificar suas aulas, transformando sua realidade linguística e de seus alunos, no que se refere a conceitos sobre linguagem. E mostram como há estudos, material bibliográfico à disposição para consulta de o

... profissional ligado ao campo da linguagem (por exemplo, o professor – ou o futuro professor – responsável pelo direcionamento do trabalho com a gramática da língua) e o aluno, mas também, em geral, o falante comum, pois a comunidade é a beneficiária primeira e última da ação escolar (NEVES, 2003:12).

<sup>26</sup> Há algumas divergências a respeito de a Sociolinguística Paramétrica ser uma teoria, uma sub área da Sociolinguística ou do Gerativismo. O que nos importa, neste texto, é apenas dizer que linguistas que fazem pesquisa com essa abordagem tentam **explicar** (no sentido gerativo do termo) os fenômenos gramaticais da língua, considerando a fala real das pessoas (ou seja, de acordo com uma metodologia sociolinguista variacionista).

<sup>27</sup> Livro de onde foi retirado o exemplo de atividade metalinguística citada, anteriormente, à página 06 deste artigo.

Além dessas ricas referências e, falando especificamente sobre a questão do preconceito, não posso deixar de citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesses, podemos constatar a “legislação” sobre a necessidade de considerar as variedades do português falado e escrito.

Ao destacar o traço de adequação em relação à expressão verbal e a necessidade de apropriação e utilização de distintos gêneros textuais circulantes na comunidade, independentemente de questões de prestígio, os PCNs estão a serviço do combate às posturas preconceituosas em torno da língua (OLIVEIRA, 2008:125)

Essa mesma autora ainda afirma: “numa perspectiva assim assumida, não há lugar para atitudes preconceituosas e discriminatórias. A atual proposta pedagógica nacional é, pois, clara em sua postura político-acadêmica de legitimação de todas as manifestações linguísticas em uso no Brasil” (p. 126). No decorrer desse artigo, então, a autora expõe atuais propostas de redação na UFF<sup>28</sup>, mostrando que os concursos vestibulares já solicitam do aluno conhecimento sobre variação linguística. Assim, o raciocínio dessa autora é que, se esse conhecimento é exigido em vestibulares, isso significa que os alunos (de E.M. pelo menos) devem ter em seus currículos conteúdos sobre o tema e os professores, por sua vez, devem dar atividades que o desenvolvam. E desse modo, não há espaço para preconceitos, uma vez que as variantes linguísticas são devidamente reconhecidas como variantes e não como erros. Ótimo. Entretanto, nossa experiência, como reportamos acima, não nos diz a mesma coisa...

Apesar de toda a referência bibliográfica acima citada (material de excelente qualidade, fruto de grandes pesquisas e que, obviamente, não encerram o tema), que discorre sobre o ensino de língua portuguesa, dando ênfase à questão da gramática, sob a luz de teorias linguísticas atuais e contra o preconceito linguístico; apesar de constarem dos PCNs a exigência de um trabalho com variantes linguísticas, ainda (como verificamos no início deste texto e como é possível constatar empiricamente) não é possível conferir um trabalho na escola que condiga com isso tudo. Minha pergunta final: **Por quê?** Por que com tanta teoria (e não somente teoria, considerando-se vários livros que, como vimos têm uma postura didática), com tantas propostas de ensino epilinguístico, com tantas propostas de ensino de gramática sob uma perspectiva não apenas normativa, considerando-se as variantes linguísticas, com tantos livros que abordam a questão do preconceito linguístico à luz de teorias científicas da linguagem, como a Sociolinguística, explicando devidamente as razões linguísticas e sociais de um falante optar (inconscientemente) por uma determinada variante e não outra, enfim, qual o motivo de ainda não serem conhecidas outras gramáticas que não a normativa, na escola, de se estigmatizarem determinadas variantes, de a noção de “erro” ainda ser categórica na escola?

## 6. Considerações finais

Com essas indagações, encerro este texto, explicitando que será realizada uma pesquisa científica, que, como disse no início, pretende investigar/comprovar atitudes e crenças linguísticas de professores e alunos de E.F. de escolas públicas de Foz do Iguaçu-PR, além de, o que é o mais importante, propor/compor, junto aos professores investigados, uma sequência de atividades de ensino completamente voltadas para: 1. o conhecimento dos pressupostos da teoria da variação linguística pelos professores e alunos e, como consequência: 2. o conhecimento e uso das várias gramáticas. A aplicação dessas atividades pelos professores e execução das mesmas pelos alunos vai nos trazer resultados que julgamos positivos com relação à desmistificação do preconceito linguístico existente. Trata-se de um trabalho que se propõe uma formação continuada **incisiva** junto aos professores e alunos e que não se abrevia a leituras dos resultados das pesquisas já realizadas sobre o assunto.

## Referências Bibliográficas

ABRAÇADO, Jussara. *Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino*. In: **Cadernos de letras da UFF** – preconceito linguístico e cânone literário, 36. p. 11-26, 2008

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática** – por um ensino sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

---

<sup>28</sup> Universidade Federal Fluminense

- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália** – uma novela sociolinguística. SP: Parábola, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **Norma linguística.** São Paulo: Loyola, 2001b.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito lingüístico** – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 14<sup>a</sup>. ed., 2002.
- \_\_\_\_\_. **Nada na língua é por acaso** – por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Não é errado falar assim** – em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna** – a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Nos chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. SP: Parábola, 2005.
- CYRANKA, Lucia Furtado Mendonça. *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora-MG. Tese de Doutorado.* UFF – Niterói, 2007.
- DIK, Simon. **The theory of functional grammar.** Dordrecht-Holland/providence RI – USA: Foris Publications, 1989.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.
- FERRAREZI JR, Celso. **Ensinar o brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.
- FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.) **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.
- GIVON, Talmy. **Functionalism and grammar.** Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, Michael A. K. **An introduction to functional grammar.** Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- LABOV, Willian. **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade** – o gigolô das palavras – por uma nova concepção da língua materna. São Paulo: L&PM Editores, 1985.
- MARIANI, Bethânia. *Entre a evidência e o absurdo:* sobre o preconceito lingüístico. In: **Cadernos de letras da UFF** – preconceito lingüístico e cânone literário, 36. p. 27-44, 2008
- MENON, Odete .P. S. *Gerundismo?* In: **Lingua(gem)** Vol. Especial: Variação e Mudança Linguística. Macapá: ILAPEC, 2004
- NARO, A. & SCHERRE, M.M.P. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.
- NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática na escola.** SP: Contexto, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Texto e gramática.** SP: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. *Preconceito lingüístico, variação e o papel da universidade*. In: **Cadernos de letras da UFF** – preconceito lingüístico e cânone literário, 36. p. 115 - 129, 2008

PERINI, Mário. **Para uma nova gramática do português brasileiro**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: mercado das Letras, 1996.

RONCARATI, Claudia. *Prestígio e preconceito lingüísticos*. In: **Cadernos de letras da UFF** – preconceito lingüístico e cânone literário, 36. p. 45 - 56, 2008

SILVA, Rosa Virginia Mattos. *Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexões sobre a língua portuguesa e seu ensino*. In: **Actas do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo**. Lisboa, 1985

\_\_\_\_\_. *Diversidade linguística brasileira, língua de cultura e ensino de português*. In: **Atas do Simpósio sobre diversidade linguística no Brasil**. Salvador, UFBA, 1986.

\_\_\_\_\_. *Diversidade linguística brasileira e ensino de português: proposições comentadas*. **Revista Internacional de Língua portuguesa**, 1989.

\_\_\_\_\_. *Que gramática ensinar, quando e por quê?* In: **Revista Internacional de Língua portuguesa**, v. 4, 1991

\_\_\_\_\_. **Contradições no ensino de português** – uma língua, diversos falares, o papel da escola diante da norma, norma padrão, normas sociais. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000

\_\_\_\_\_. **O português são dois...** novas fronteiras, velhos problemas. SP: Parábola, 2004.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle** – variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática padrão: suas bases e ampliação das mesmas* In: **Língua e linguagem em questão**. 1ª ed. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gramática** – ensino plural. S.P.: Cortez, 2003.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britain, Penguim Books, 1974.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística**. BAGNO, M. (trad.), 2ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2009.